

## **A AGRICULTURA CAMPONESA E A FORMAÇÃO POLITÉCNICA: OBJETIVOS, EIXOS E AÇÕES DO PRONACAMPO**

*Carlos Antônio Bonamigo*

### **RESUMO**

Este artigo objetiva analisar as características da agricultura camponesa em torno da matriz formativa da agroecologia e da formação politécnica a ela vinculada. Para tal pretensão, construiu-se uma abordagem teórica sobre as características da camponesa, da agroecologia e da formação politécnica. Além disso, por meio de uma pesquisa documental, este trabalho apresenta os objetivos, eixos e ações do Programa Nacional de Educação do Campo (PRONACAMPO), lançado no início de 2012. O PRONACAMPO tinha como propósito constituir-se na principal política pública em educação do campo no Brasil. A continuidade da pesquisa possibilitará avaliar de forma geral o Programa em nível nacional e no Estado do Paraná e, de forma específica, no Sudoeste paranaense, identificando de que forma e em que dimensão os seus objetivos e ações foram realizados e ou alcançados, sobretudo nas Escolas do Campo da região. Além das questões específicas em torno da organização escolar, desde o currículo, didática, gestão, avaliação e demais aspectos pedagógicos, vinculam-se à Educação do Campo, a análise dos processos formativos vinculados à organização do trabalho da agricultura camponesa, à agroecologia e à formação politécnica uma vez que é a partir destas condições que as populações camponesas sobrevivem.

**Palavras-chave:** Agricultura camponesa. Agroecologia. Formação Politécnica. PRONACAMPO.

### **Introdução**

A organização do trabalho da agricultura camponesa caracteriza-se pelo envolvimento dos membros da família, priorizando a produção de alimentos, em pequenas propriedades, tendo como matriz produtiva a agroecologia. Em torno desse modelo produtivo, vinculam-se determinadas exigências de formação geral e qualificação profissional em especial.

Este artigo objetiva analisar as características da agricultura camponesa em torno da matriz formativa da agroecologia e da formação politécnica a ela vinculada. Para tal pretensão, construiu-se uma abordagem teórica sobre as características da camponesa, da agroecologia e da formação politécnica. Além disso, por meio de uma pesquisa documental, apresenta os objetivos, eixos e metas do Programa Nacional de Educação do Campo (PRONACAMPO). A continuidade da pesquisa possibilitará avaliar, de forma específica, o PRONACAMPO no Sudoeste do Paraná, identificando de que forma e em que dimensão os seus objetivos e ações foram realizados e ou alcançados, sobretudo nas Escolas do Campo da região.

## **As características da agricultura camponesa: a matriz produtiva da agroecologia**

A agricultura traz a ideia de toda e qualquer produção – agrícola, agropecuária, florestal, pesqueira, aquicultura bem como todos os produtos parcial ou totalmente beneficiados nas grandes agroindústrias ou nas unidades agroindustriais familiares. Atualmente, existem dois grandes modelos de agricultura no Brasil: a agricultura capitalista e a agricultura camponesa (STÉDILE; CARVALHO, 2011; CALDART, 2013). Cada uma têm características específicas e subordina, ao mesmo tempo, uma determinada forma de organização do trabalho, exigindo, no interior do processo produtivo, determinada singularidade em relação ao processo de formação e qualificação profissional dos sujeitos sociais envolvidos.

A agricultura camponesa, objeto da presente abordagem, caracteriza-se pela produção em pequenas escalas, estabelecendo uma relação de sustentabilidade entre as atividades desenvolvidas e o meio ambiente. O trabalho camponês é realizado por grupos familiares e/ou pequenas cooperativas, objetivando a sustentação de seus membros, comercializando apenas os excedentes da produção.

Uma das principais características da agricultura camponesa é a produção agrícola e florestal diversificada, respeitando as condições do ambiente e praticando a diversidade de cultivos. Segundo Altieri (2010), muitos agricultores se adaptam ao clima e até se adaptam a alguma mudança climática, minimizando as perdas das colheitas por meio do plantio de variedades locais tolerantes à seca, por exemplo, além do manejo orgânico do solo, policulturas, colheitas de água, recolecção de plantas silvestres e outras técnicas de sistemas de agricultura tradicionais.

A agricultura camponesa realiza-se em pequenas propriedades, possibilitando a desconcentração fundiária, permitindo o desenvolvimento das comunidades agrícolas camponesas em maior espaço de terra e com diversos recursos naturais. Ao mesmo tempo, a produção agrícola camponesa respeita a soberania alimentar dos povos, na medida em que produz alimentos em grande quantidade e diversidade, em lugares diferentes, exportando apenas o excedente e produzindo a escala necessária de alimentos para as comunidades (STEDILE; CARVALHO, 2011).

Segundo Rolo (2012), com base em dados do IBGE de 2010, 75% da mão de obra que trabalha no campo está concentrada em somente 24% da área dos estabelecimentos rurais

e é responsável por 58% de toda a produção de leite do país, 70% do feijão e 87% da produção de mandioca. Uma alternativa para viabilizar e fortalecer a agricultura camponesa, para Rolo (2012), é criar novas oportunidades no mercado, conectando os agricultores com o resto da população com maior solidariedade por meio de esquemas locais de distribuição e comercialização, preços justos, entre outros mecanismos.

Outra característica da agricultura camponesa é a sua base técnica estar baseada na agroecologia, uma produção que preserva a biodiversidade na interação do ser humano e a natureza, com apoio da ciência que visem o desenvolvimento de agroecossistemas produtivos, saudáveis e férteis. Nessa lógica produtiva, o trabalho ganha um nova centralidade, unindo ciência e produção, trabalho manual e intelectual, meios de produção e trabalhador, com o domínio de todo o processo produtivo, e não apenas de operações técnicas. O trabalho camponês, baseado no trabalho familiar e na cooperação entre camponeses e outros trabalhadores, gera maior qualificação, maior produtividade e menor impacto na divisão social do trabalho (CARVALHO, 2012; CALDART, 2013).

A agricultura camponesa vincula-se à produção de alimentos saudáveis, respeitando a agrobiodiversidade e o convívio harmonioso com a natureza. Além disso, considera o aproveitamento crítico dos conhecimentos e experiências dos antepassados, assim como a apropriação dos conhecimentos científicos atuais, sobre as relações sociais, sobre a natureza e sobre a relação ser humano e a natureza. As relações sociais são importantes dentro dessa organização, por proporcionarem a troca de experiências e o desenvolvimento bem sucedido das famílias e das comunidades envolvidas (SOUZA; SANTOS; BEZERRA, 2012).

Em torno das agricultura camponesa, as relações humanas, a relação do ser humano com a natureza mostram-se indissociáveis com o processo produtivo. O ser humano faz parte da natureza, a natureza é o seu corpo; sendo assim, se o ser humano está conectado à natureza, pode-se dizer que a natureza está conectada com ela mesma, pois o ser humano é parte dela. Foster (2014) discorre sobre a unidade e a reciprocidade entre meio ambiente e os organismos que nele vivem, pois assim como os organismos afetam o solo, o solo afeta os organismos de diversas formas.

Por isso, na produção agrícola camponesa enfatiza-se a boa relação entre o ser humano e a natureza. Para que a produção do presente não afete e comprometa a fertilidade do solo no futuro, é necessário o cuidado com a escolha das variedades de cultivo e com todas as fases da produção. O ser humano necessita do mundo material para sobreviver, portanto precisa da produção para desenvolver o necessário à sua sobrevivência, assim, a natureza

assume um sentido prático para a humanidade, sendo a produção do meio de vida, o resultado da atividade de vida. Além disso, torna-se imperativo, interagir com a natureza de tal forma que as condições de produção sustentem-se no decorrer do tempo, ao invés de destruí-las com produtos e insumos artificiais (FOSTER, 2014).

De acordo com Caporal e Petersen (2012), a agricultura camponesa produz até 70% dos alimentos da cesta básica consumida pelos brasileiros, e que 8 de cada 10 postos de trabalho na agricultura brasileira são ocupados pela agricultura familiar, o que equivale a mais de 12 milhões de pessoas contra 4 milhões da agricultura não-familiar. A agricultura camponesa produz em maior quantidade comparada com a agricultura capitalista, se considerada a produção total. Ao conservar ao máximo as características naturais do solo e do meio ambiente, e a policultura reduz perdas e aumenta a produtividade.

Por apresentar baixa utilização de insumos, diversidade de produção, pequena extensão de lotes, a agricultura camponesa se apresenta como modelo para produção orgânica. A agricultura camponesa, com suas características historicamente construídas, institui-se como possibilidade de uma relação sustentável entre o ser humano e a natureza, garantindo as condições de produção ao longo do tempo, preservando a biodiversidade e a produção de alimentos saudáveis (MARTINS, 2007; ALTIERI, 2010).

A agricultura camponesa vincula-se à matriz produtiva da agroecologia, objetivando a criação de um sistema de produção agrícola, sobretudo de alimentos, livres de insumos artificiais e de agrotóxicos. A produção de alimentos agroecológicos responde às demandas de consumo das famílias camponesas e a comercialização de excedentes em determinadas feiras ou mesmo em pequenos estabelecimentos comerciais.

Ao mesmo tempo, a matriz produtiva da agroecologia vincula-se à soberania alimentar, ou seja, o direito que cada povo tem de escolher como vão ser produzidos, distribuídos e consumidos os alimentos equitativamente. Na agroecologia encontram-se as bases científicas para a transição de um modelo de agricultura convencional para uma agricultura ecológica, instituindo um novo contexto sociocultural e político. Essa alteração de matriz produtiva exige, ao mesmo tempo, mudanças sociais coletivas, especialmente, a colaboração entre os atores sociais produtivos e consumidores. Dessa forma, criam-se as condições para a construção dessa nova forma de produção agrícola (CAPORAL; PETERSEN, 2012).

A matriz produtiva da agroecologia busca maneiras de aperfeiçoar os sistemas atuais de produção agrícola, baseando-se no processo natural das plantas, relacionando-as com os

elementos biológicos de um dado ecossistema, para que não haja nenhum malefício ou perdas para o meio ambiente, construindo, dessa forma, uma agricultura sustentável. A agroecologia foca não somente a produtividade, mas também a sustentabilidade ecológica dos sistemas de produção dos alimentos (SCHUTTER, 2012; ROLO, 2012).

O método da agroecologia baseia-se na melhoria da qualidade do solo e ao mesmo tempo impede a proliferação de pragas invasoras por meio do cultivo de organismos benéficos ao ecossistema e a manutenção da biodiversidade. Dessa forma, apresenta para o meio ambiente resultados muito mais satisfatórios do que a agricultura convencional, com infinitamente menos efeitos colaterais para o meio ambiente se comparada aos métodos de exploração da agricultura convencional (ALTIERI, 2010; SCHUTTER, 2012).

Nesse sentido, torna-se imperativo mudar o atual modelo de produção e de tecnologia agrícola, que hoje são dominantes por um outro modo de produção de alimentos saudáveis, garantindo oferta de produtos orgânicos em maiores níveis, para todas as localidades em nível nacional, aumentando, inclusive, o mercado interno desses produtos (STÉDILE; CARVALHO, 2011).

A matriz produtiva da agroecologia contrapõe-se às sementes transgênicas - caracterizadas como um prejuízo para a vida natural das plantas. Além disso, representam a propriedade privada da vida, ou seja, essas sementes são criadas em laboratório, alguém modifica uma vida já existente para fazer com que ela fique mais produtiva, mas ao ir ao solo, elas destroem a biodiversidade, pois não conseguem se reproduzir sem contaminar as demais sementes (STEDILE; CARVALHO, 2011).

Ao constituir-se como uma determinada forma de interação entre o ser humano e a natureza, a matriz produtiva da agroecologia é possibilita aos camponeses, por meio da organização de seu trabalho, retirar da natureza seus alimentos com padrões de boa qualidade e, ao mesmo tempo, preservar o meio ambientes, mantendo-o equilibrado, sem esgotar a capacidade produtiva da terra (CAPORAL; PETERSEN, 2012).

Além disso, a agroecologia, como matriz produtiva da agricultura camponesa, objetiva a soberania alimentar por meio da autonomia dos povos de decidir as formas de produção, distribuição e consumo de uma alimentação saudável, respeitando a diversidade cultural existente nos diversos países e, interno a esses, a necessidade de levar em conta a diversidade cultural regional. A produção agroecológica de alimentos, além de garantir alimentação saudável e diversa, estabelece uma relação sustentável com o meio ambiente, na

medida em que preserva o ecossistema e a biodiversidade existente nos diversos espaços produtivos.

### **A agricultura camponesa e a formação politécnica**

O trabalho se inclui dentro das necessidades naturais e sociais da existência humana, por isso está inserido no processo educativo. Partindo desse princípio, a concepção de educação politécnica busca resgatar a multidimensionalidade de sentidos do trabalho, por meio do domínio científico, técnico e político do processo do trabalho.

A formação politécnica está fundamentada na atividade humana criadora, o trabalho em seus diferentes processos. Superando a simples profissionalização e o domínio operativo e polivalente do trabalho, a educação politécnica proporciona uma construção omnilateral do trabalhador, tornando-o apto para realização de diversas modalidades de trabalho, tendo o domínio científico e político de suas operações. Emerge daí uma concepção do trabalho, compreendido como:

[...] criador de valores de uso, como trabalho útil, indispensável à existência do ser humano, - quaisquer que sejam as formas de sociedade, - é necessidade natural e eterna de efetivar o intercâmbio material entre o ser humano e a natureza e, portanto, de manter a vida humana. E assumimos também a concepção desdobrada dessa formulação que se refere à compreensão do trabalho como matriz primeira ou basilar da constituição do ser humano como ser social e histórico, sujeito de práxis. O trabalho como princípio educativo é compreendido no seu sentido genérico de atividade humana criadora, ou como modo de produção da vida (CALDART, 2013, p.16)

O conceito de politecnia une a realização do trabalho e a educação, envolvendo elementos científicos e técnicos do trabalho, promovendo a interação manual e intelectual do trabalho, com objetivo de auxiliar os trabalhadores a terem domínio total dos conhecimentos que compõem a totalidade do trabalho, contrapondo-se a divisão técnica proposta pelo sistema dominante do capital (SAVIANI, 1989; FRIGOTTO, 2009).

Dessa forma, a educação politécnica assume seu caráter omnilateral, pois nela o trabalho encontra-se como princípio fundamental educativo, que tem como finalidade a transformação social. A politecnia, em sua etimologia, significa à aplicação de diversas e diferentes técnicas, que são constituídas tanto em caráter concreto quanto científico. Segundo Saviani (1989, p.17), a noção de politecnia diz respeito “[...] ao domínio dos fundamentos científicos das diferentes modalidades de trabalho. Politecnia, nesse sentido, se baseia em

determinados princípios, determinados fundamentos, e a formação politécnica deve garantir o domínio desses princípios, desses fundamentos.”

Nessa perspectiva, o trabalho se caracteriza pela união dos elementos técnico e científico, manual e intelectual, contrariando assim, a concepção construída ao longo da história, em que se constituiu numa separação entre a instrução de cunho profissional voltada para a classe trabalhadora e a instrução geral e científica voltada para os membros da classe dominante.

O conhecimento científico exige cada vez mais transformações em relação aos fenômenos naturais e sociais, inserindo no âmbito da educação profissional. Esta dimensão característica da educação politécnica, que insere seus sujeitos no contexto do trabalho, apresentando-o às formas da economia, da produção agrícola agroecológica, do trabalho agrícola coletivo, efetivando-se na produção industrial urbana e também na agricultura camponesa.

[...] a efetivação do projeto de agricultura camponesa gera a necessidade de produção de conhecimentos científicos e tecnológicos não desenvolvidos com suficiência na sociedade capitalista, exatamente porque se trata de uma outra matriz, que os interesses de reprodução do capital têm impedido ou dificultado sobremaneira que seja tomada como objeto de produção científica, e que por isso mesmo tem exigido a valorização de conhecimentos tradicionais camponeses que foram marginalizados pela ciência moderna. Por isso entendemos que a relação entre agricultura camponesa e educação politécnica não pode prescindir do devido tratamento à historicidade das relações que a sociedade estabelece com a natureza e como incidem sobre a própria produção da ciência (CALDART, 2013, p.26)

Dessa forma, a concepção de formação politécnica possibilita aos educando/as, desde a educação básica, a perspectiva de uma educação que se vincula a um projeto da classe trabalhadora, urbana e rural, contrapondo-se à formação polivalente e unilateral da educação técnica tradicional.

A educação politécnica compreende uma travessia na contradição uma vez que ela evoca um fim a ser atingido coletivamente, qual seja, a superação das relações sociais capitalistas, e um método para se chegar ao fim deliberado, qual seja, a relação educacional como processo político contra-hegemônico: - a educação politécnica resulta no plano contraditório da necessidade do desenvolvimento das forças produtivas das relações capitalistas de produção e da luta consciente da necessidade de romper com os limites intrínsecos e insanáveis destas mesmas relações (ROLO, 2012, p.131).

A partir dessa perspectiva, a educação e a escola politécnica pressupõem o caráter de ser pública, laica, gratuita e única para todos os sujeitos, eliminando a educação dualista (para

cada classe social um tipo de escola) existente no sistema educacional dominante. O currículo da educação politécnica é construído a partir dos conhecimentos históricos e socialmente sistematizados, visando desenvolver no aluno os fundamentos científicos e técnicos do processo do trabalho, por meio de uma relação criativa entre trabalho, ciência e cultura. Estabelece, ainda, mediações entre o trabalho, a escola e a vida, utilizando-se de material técnico-científico, capazes de desenvolver habilidades e capacidades no processo produtivo e de estar a serviço do pensar crítico e socialmente engajado.

[...] o currículo politécnico é integrado segundo forma universal do trabalho, levando o aluno ao domínio dos fundamentos científicos das diferentes técnicas que caracterizam o processo de trabalho moderno. Tendo por elemento de unidade as relações sociais de produção da existência, o currículo integrado na perspectiva politécnica torna possível dialetizar as relações entre trabalho, ciência e cultura (ROLO, 2012, p.133)

Para tal propósito, é necessário organizar os tipos de trabalhos acessíveis no contexto escolar, de forma metodológica, para que o aluno vá de um trabalho ao outro a fim de adquirir as habilidades necessárias para realiza-los, sem prejudicar o seu desenvolvimento psicofísico. Dessa forma, o trabalho tornar-se-á pedagogizado, integrando o sistema educacional, adaptando-se a cada etapa, considerando o contexto do sujeito e a realidade em torno da escola. “A essência da escola do trabalho consiste em, com um mínimo de material científico, revelar o máximo de habilidades, capacidades e alegria no trabalho a serviço do modo de pensar cívico.” (SHULGIN, 2013, p. 22).

A educação politécnica, por estas características, torna-se potencializadora de transformações, desde o âmbito da subjetividade do educando à dimensão social, superando o processo de realização do trabalho alienado, característico das relações sociais capitalistas. As características da educação politécnica, a partir do domínio científico, técnico e político do processo de trabalho, potencializa um processo de educação e formação integral, na medida em que se vincula de forma criativa as dimensões do processo educativo aos processos de realização do trabalho (SAVIANI, 1989; CHIARIELLO, 2012).

A politecnicidade adquire um caráter de transformador social, embasada na crítica à alienação do trabalhador desencadeado pelo sistema dominante. No decorrer da história, a concepção politécnica por meio de sua perspectiva omnilateral, tem como preocupação a formação de seres humanos em sua totalidade, objetivando o livre desenvolvimento de todas as capacidades humanas, por meio de suas bases unitária e omnilateral, lutando por uma escola universal, laica e pública, que busque transformar a realidade.

Para que a matriz produtiva da agroecologia possa ser apropriada pelas comunidades camponesas, a partir dos saberes historicamente transmitidos por meio das gerações, exige-se, por um lado, o domínio dos conhecimentos gerais das diversas ciências, transformados em currículos escolares, desde a educação básica à educação superior e, por outro lado, o domínio de específicos relacionados à produção agrícola e, ao mesmo tempo, a capacidade de manipulação tecnológica capaz de dar conta desse processo produtivo.

Para Gusmán e Molina (2005), residem aí os maiores desafios em relação à formação e qualificação profissional dos camponeses, na medida em que necessita combinar novos processos produtivos, acrescidos de novas tecnologias nos insumos e nas sementes, e, ao mesmo tempo, garantir uma relação sustentável com a natureza e com o meio onde está inserido.

É por isso que, combinado com a apropriação da matriz produtiva da agroecologia, vincula-se à agricultura camponesa a educação e formação politécnica, por meio da qual o camponês domina a totalidade do processo produtivo, superando a simples profissionalização e o domínio operativo e polivalente do trabalho. A educação politécnica proporciona uma construção omnilateral do sujeito, tornando-o apto para realização de todo o processo de trabalho, tendo o domínio científico, técnico e político de suas operações. (SAVIANI, 1989).

A formação politécnica vinculada à agroecologia, pressupõe o conhecimento e o controle das práticas produtivas agrícolas, utilizando-se de novas tecnologias capazes de garantir uma relação sustentável entre o ser humano e a natureza, sem destruí-la ou esgotá-la. Os processos formativos vinculados à agricultura camponesa caracterizam-se pelo domínio dos saberes produzidos e transmitidos ao longo das gerações, acrescidos dos conhecimentos historicamente produzidos pelas diversas ciências, transformados em currículos da educação escolar. Além disso, relaciona-se às práticas produtivas da agricultura camponesa, a apropriação da matriz formativa da agroecologia, na perspectiva da educação politécnica, possibilitando o domínio científico, técnico e político de todo o processo de trabalho.

## **O PRONACAMPO e a possibilidade de ampliação das políticas públicas em educação do campo**

Em 2012, foi criado o Programa Nacional de Educação do Campo - PRONACAMPO, objetivando a ampliação das políticas públicas em educação no Brasil, sobretudo para suprir demandas dos movimentos sociais do campo relacionadas ao pleno

atendimento do direito à educação dos camponeses. A criação do PRONACAMPO resultou de amplo debate entre a União, Estados, Municípios e o Distrito Federal, prevendo um conjunto de ações para que as carências históricas vividas pela população camponesa no território nacional fossem atendidas (BRASIL, 2013a).

A portaria n. 86/2013, que instituiu o PRONACAMPO, definiu inúmeros eixos e ações para serem executados ao longo da sua efetivação, envolvendo a União, os Estados, o Distrito Federal e os Municípios. Soma-se à portaria, o documento orientador divulgado pelo Ministério da Educação que explicita o desenvolvimento de todo o Programa para que os seus objetivos possam ser alcançados (BRASIL, 2013a).

A ampliação das políticas públicas em educação, em especial às relacionadas à educação do campo, remonta à criação do Programa Nacional de Educação na Reforma Agrária – PRONERA em 1998. Este programa estabeleceu, de forma inicial, o apoio ao atendimento de inúmeras demandas das populações camponesas, envolvendo, sobretudo, o investimento na infraestrutura das escolas do campo e a formação de professores. Ao longo das últimas duas décadas, inúmeros programas específicos foram instituídos, como o PROJOVEM, Saberes da Terra, Programa de Formação de Professores, as Licenciaturas em Educação do Campo, todos para manter e fortalecer o atendimento educacional aos alunos do meio rural (BONAMIGO et al., 2014).

Outra forma de ampliação das políticas públicas em educação do campo verificada no último período foram os avanços legais, sobretudo a Resolução CNE/CEB nº 1/2002, que instituiu as Diretrizes Operacionais para a Educação Básica nas Escolas do Campo; a Resolução nº 2/2008, que estabeleceu diretrizes complementares, normas e princípios para o desenvolvimento de políticas públicas de atendimento da Educação Básica do campo; e a Resolução nº 4/2010, que reconheceu a educação do campo como nova modalidade de ensino da Educação Nacional.

O PRONACAMPO insere-se nessa dinâmica de possibilidades de ampliação das políticas públicas em educação no Brasil e reafirma a necessidade de ações direcionadas ao acesso e continuidade na escola do campo, ao aprendizado e ao reconhecimento cultural, social e econômico do campesinato no país. De acordo com a portaria que instituiu o PRONACAMPO, os Estados, Municípios e Distrito Federal podem contar com o apoio financeiro disponibilizado pelo Ministério da Educação para a implantação do Programa e o cumprimento de suas ações (BRASIL, 2013b).

O PRONACAMPO objetiva disponibilizar apoio técnico e financeiro aos Estados, Municípios e Distrito Federal para a implementação das políticas em Educação do Campo, visando à ampliação do acesso e a qualificação da oferta da educação em todos os níveis e modalidades. Por meio de inúmeras ações, o Programa pretende melhorar a infraestrutura das redes públicas de ensino, a formação de professores, a produção e a distribuição de material didático específico aos educandos do campo e quilombolas (BRASIL, 2013a).

Os eixos e ações do PRONACAMPO são:

Eixo 1: Gestão e Práticas Pedagógicas. Ações: disponibilizar às escolas públicas do campo de materiais didáticos e pedagógicos que atendam às especificidades formativas das populações do campo e quilombolas, no âmbito do Programa Nacional do Livro Didático - PNLD, e de materiais complementares no âmbito do Programa Nacional Biblioteca da Escola – PNBE; fomento à oferta da educação integral nas escolas do campo e quilombolas por meio do Mais Educação Campo, promovendo a ampliação curricular; e o apoio às escolas com turmas compostas por estudantes de variadas etapas dos anos iniciais do ensino fundamental e das escolas localizadas em comunidades quilombolas, por intermédio da Escola da Terra (BRASIL, 2013a).

Eixo 2: Formação de Professores. Ações: a formação inicial dos professores em exercício na educação do campo e quilombola será desenvolvida no âmbito do Programa de Apoio à Formação Superior em Licenciatura em Educação do Campo PROCAMPO, da Universidade Aberta do Brasil - UAB e da Rede Nacional de Formação, assegurando condições de acesso aos cursos de licenciatura destinados à atuação docente nos anos finais do ensino fundamental e no ensino médio com a possibilidade de utilização da pedagogia da alternância e a formação continuada dos professores em nível de aperfeiçoamento e especialização em educação do campo e quilombola, com propostas pedagógicas por áreas de conhecimento e projetos temáticos (BRASIL, 2013a).

Eixo 3: Educação de Jovens e Adultos, Educação Profissional e Tecnológica. Ações: apoio às redes de ensino para a ampliação da oferta de Educação de Jovens e Adultos com qualificação profissional, com a utilização da proposta pedagógica do Saberes da Terra e o apoio à inclusão social dos jovens e trabalhadores do campo por meio da ampliação da rede federal de educação profissional e tecnológica, do fortalecimento das redes estaduais de educação profissional e tecnológica e de cursos de formação inicial e continuada para trabalhadores de acordo com os arranjos produtivos locais. (BRASIL, 2013a).

Eixo 4: Infraestrutura Física e Tecnológica. Ações: apoio técnico e financeiro às redes de ensino para a construção de escolas de educação básica e educação infantil; a inclusão digital por meio da ampliação do acesso a computadores e às tecnologias digitais; a disponibilização de recursos específicos para a melhoria das condições de funcionamento das escolas do campo e quilombola, através do PDDE Campo - Programa Dinheiro Direto na Escola; acesso à água, energia elétrica, saneamento e pequenas reformas, e a oferta de transporte escolar intracampo (BRASIL, 2013a).

O PRONACAMPO, anunciado há quatro anos, pretendia, na época, constituir-se numa das principais políticas públicas à educação do campo no Brasil. O Programa ficou responsável por estender o acesso, a qualidade e a oferta do ensino básico e superior às populações camponesas, assim como disponibilizar ajuda técnica e financeira aos Estados e Municípios para que estes tenham condições de implementar as inúmeras ações previstas no Programa.

### **Considerações Finais**

A agricultura camponesa, com suas características historicamente construídas, institui-se como possibilidade de uma relação sustentável entre o ser humano e a natureza, garantindo as condições de produção ao longo do tempo, preservando a biodiversidade e a produção de alimentos saudáveis. A agricultura camponesa liga-se à agroecologia, como matriz produtiva, objetiva a soberania alimentar por meio da autonomia dos povos de decidir as formas de produção, distribuição e consumo de uma alimentação saudável, respeitando a diversidade cultural existente nos diversos países e, interno a esses, a necessidade de levar em conta a diversidade cultural regional.

A produção agroecológica de alimentos, além de garantir alimentação saudável e diversa, estabelece uma relação sustentável com o meio ambiente, na medida em que preserva o ecossistema e a biodiversidade existente nos diversos espaços produtivos. As características da educação politécnica, a partir do domínio científico, técnico e político do processo de trabalho, potencializa um processo de educação e formação integral, na medida em que vincula de forma criativa as dimensões do processo educativo aos processos de realização do trabalho.

Em relação ao PRONACAMPO, somente por meio da avaliação contínua e controle social de suas ações definirão, em última instância, o sucesso ou o fracasso dessa política pública de educação no país, especialmente em torno das questões que são fundamentais à agricultura camponesa e que foram objeto da presente análise: a matriz produtiva da agroecologia e à formação politécnica. A continuidade da pesquisa possibilitará esta avaliação empírica e analítica do PRONACAMPO em suas diversas esferas de atuação.

### **Referências bibliográficas**

ALTIERI, M. A. Agroecologia, agricultura camponesa e soberania alimentar. **Revista NERA**, Presidente Prudente Ano 13, nº. 16 pp. 22-32, jan-jun./2010  
Disponível em: <<http://www.reformaagrariaemdados.org.br>>. Acesso em: 13 maio 2015.

ANTUNES, R. **Os sentidos do trabalho**: ensaios sobre a afirmação e negação do trabalho. 3. ed. São Paulo: Boitempo Editorial, 2000.

BONAMIGO et al. Educação do Campo: impasses e possibilidades para o desenvolvimento regional. In: BONAMIGO et al. (Orgs.). **História**: abordagens culturais e poder. Francisco Beltrão: Editora Jornal de Beltrão S/A, 2014. p. 199-222.

BRASIL. **Programa Nacional de Educação do Campo PRONACAMPO**: documento orientador. Brasília: Ministério da Educação, 2013a.

BRASIL. **Portaria nº 86**, de 1º de fevereiro de 2013. Brasília: Ministério da Educação, 2013b.

CALDART, R. S. **Desafios do vínculo entre trabalho e educação na luta e construção da reforma agrária popular**. Disponível em:  
<<http://www.reformaagrariaemdados.org.br/2013>>. Acesso em: 05 fev. 2014.

CAPORAL, R. F.; PETERSEN, P. **Agroecologia e políticas públicas na América Latina: o caso do Brasil**. Disponível em:  
<[www.reformaagrariaemdados.org.br/2012](http://www.reformaagrariaemdados.org.br/2012)>. Acesso em: 13 mai. 2015.

CARVALHO, H. M. **O campesinato contemporâneo como modo de produção e como classe social**. Curitiba, s/edit., 2012.

CHIARIELLO, C. L. **Politecnicidade e polivalência na organização do trabalho em cooperativas populares e tradicionais**. São Carlos: UFSCar, 2012.

FOSTER, J. B. **A ecologia de Marx**: materialismo e natureza. 4. ed. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2014.

FRIGOTTO, G. Teoria e práxis e o antagonismo entre a formação politécnica e as relações sociais capitalistas. **Trab. Educ. Saúde**, Rio de Janeiro, v. 7, suplemento, p. 67-82, 2009.

GUZMÁN, E. S; MOLINA, M. G. **Sobre a evolução do conceito de campesinato**. 3. ed. São Paulo: Expressão Popular, 2005.

LEITE, S. P.; MEDEIROS, L. S. Agronegócio. In: CALDART, R. S. et al. (Orgs.). **Dicionário da Educação do Campo**. Rio de Janeiro: Escola Politécnica de Saúde Joaquim Venâncio; São Paulo: Expressão Popular, 2012. p. 79-85.

MARTINS, M. L. **História e meio ambiente**. São Paulo. Annablume; Faculdades Pedro Leopoldo. 2007.

MARX, K; ENGELS, F. Escritos de juventud. In: **MARX e ENGELS Obras fundamentais**. 1ª. Reimpresión. México - DF: Fondo de Cultura Econômica, 1987, vol. 1.

ROLO, M. **Ocupando os latifúndios do saber**: subsídios para o ensino da ciência na perspectiva politécnica da educação. Rio de Janeiro: Universidade do Estado do Rio de Janeiro, 2012. (Tese de doutoramento).

SAVIANI, D. **Sobre a concepção de politecnia**. Rio de Janeiro: FIOCRUZ, 1989.

SCHUTTER, O. **Agroecologia e o direito humano à alimentação adequada**. Disponível em: <[www.reformaagrariaemdados.org.br/2012](http://www.reformaagrariaemdados.org.br/2012)>. Acesso em: 13 mai. 2015.

SHULGIN, V. N. V. **Rumo ao politecnismo**. Tradução de Alexey azarev e Luiz Carlos de Freitas. São Paulo: Expressão popular, 2013.

SOUZA, A. A.; SANTOS, P. C. T.; BEZERRA, O. M. P. A. **Agroecologia**: centro colaborador em alimentação e nutrição do escolar. Minas Gerais: CECANE/UFOP, 2012.

STÉDILE, J. P.; CARVALHO, H. M. **Soberania alimentar**: uma necessidade dos povos. Disponível em: <[www.reformaagrariaemdados.org.br/2011](http://www.reformaagrariaemdados.org.br/2011)>. Acesso em: 13 mai. 2015.

ZHOURI, A.; LASCHEFSKI, K; PEREIRA, D. B. **A insustentável leveza da política ambiental**: desenvolvimento e conflitos socioambientais. Belo Horizonte: Autêntica, 2005.